

PUBLICADO NO PLACAR
DA CÂMARA MUNICIPAL
EM: 28/04/25

ASSINATURA

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
ESTADO DO TOCANTINS

Andréa Ribeiro
Secretaria Legislativa

RESOLUÇÃO 004/2025

Porto Nacional, 28 de abril de 2025.

“Dispõe sobre a criação da Subcâmara Municipal dos Vereadores no populoso Distrito de Luzimangues, sendo esta uma extensão do trabalho legislativo da Cidade de Porto Nacional - TO e dá outras providências”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, nos usos das atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Casa,

Faço saber que:

A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução:

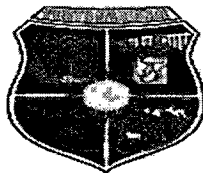
Art. 1º Fica criada a Subcâmara Municipal do Distrito de Luzimangues, com o objetivo de descentralizar o processo legislativo, aproximar os vereadores da população local e dar voz ativa à comunidade na formulação de políticas públicas municipais.

Art. 2º A Subcâmara Municipal terá as seguintes finalidades:

- I - Atuar como órgão consultivo e deliberativo, em assuntos relacionados diretamente ao Distrito de Luzimangues;
- II - Propor e discutir projetos de lei de interesse local;
- III - Participar do processo de elaboração e aprovação do orçamento municipal, sugerindo melhorias para o distrito;
- IV - Receber e encaminhar solicitações da população, garantindo uma maior representatividade local no processo legislativo;
- V - Organizar audiências públicas e debates sobre temas de interesse da comunidade de Luzimangues.

Art. 3º A Subcâmara Municipal do Distrito de Luzimangues será composta por:

- I – Todos os Vereadores do Município eleitos e atuantes pela Câmara Municipal,



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
ESTADO DO TOCANTINS**

devendo atuar junto à Subcâmara Municipal, em 2 sessões Ordinárias por mês, e Sessões Extraordinárias de acordo com a necessidade e a importância das demandas do Distrito;

Parágrafo Primeiro: Para atender a Subcâmara do Distrito de Luzimangues ficam criados os seguintes cargos abaixo, sendo certo que o valores das remunerações obedecerá a equiparação salarial dos funcionários já existente na matriz legislativa de Porto Nacional.

- I -15 (quinze) Assessores de Vereadores da Subcâmara;
- II- 02 (duas) Recepcionista da Subcâmara
- III – 02 (dois) Auxiliares Administrativos da Subcâmara
- V- 01 (um) Coordenador da Subcâmara
- VI- 01 (hum) Chefe de Gabinete da Presidência na Subcâmara
- VII – 01 (um) Auxiliar de Almoxarifado da Subcâmara
- VIII - 01 (um) Coordenador de Recursos Humanos -RH da Subcâmara

Parágrafo Segundo – Os cargos de Assessores de Vereadores, Coordenador da Subcâmara, e Chefe de Gabinete serão comissionados, nomeados pelo Presidente da Casa de Leis.

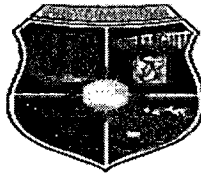
Parágrafo Terceiro – Os Cargos de recepcionistas, auxiliar de Almoxarifado e auxiliar administrativo serão temporários, até que se realize concurso para estes cargos, recebendo uma remuneração (salário base) equivalente as dos cargos já existentes na estrutura da Câmara Municipal.

Parágrafo Quarto - Todos os cargos criados por esta lei farão jus ao auxilio saúde.

Parágrafo Quinto - Os serviços de segurança e de limpeza serão terceirizados através de contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de mão de obra.

Art. 4º Os agentes políticos da Subcâmara Municipal terão as seguintes atribuições:

- I - Participar das discussões e decisões sobre projetos de lei de interesse do Distrito de Luzimangues;
- II - Propor melhorias para a infraestrutura, saúde, educação e demais serviços públicos prestados no distrito;
- III - Organizar reuniões com a comunidade, promovendo a transparência e a participação cidadã no processo legislativo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
ESTADO DO TOCANTINS**

Art. 5º A Subcâmara Municipal será implantada no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a aprovação desta lei, mediante regulamentação específica do Poder Legislativo Municipal, que deverá dispor sobre a organização interna, a alocação de recursos e as formas de interação entre as entidades.

Art. 6º Os recursos financeiros necessários para a implementação e manutenção da Subcâmara Municipal serão incluídos no orçamento da Casa Legislativa, com base nas necessidades e nas demandas locais.

Art. 7º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DE
VEREADORES DE PORTO NACIONAL, aos 28 de abril de 2025.**



**VEREADOR SILVANEY RABELO
PRESIDENTE DA CÂMARA**



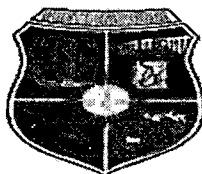
**VEREADORA NASSA SILVA
VICE PRESIDENTE DA CÂMARA**



**VEREADOR GEOVANE DOS SANTOS
1º SECRETÁRIO**



**VEREADORA FLAVIANE WIDLIM
2ª SECRETÁRIA**



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
ESTADO DO TOCANTINS**

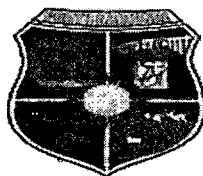
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS CRIADOS NA LEI

- **ASSESSOR DE VEREADOR DA SUBCÂMARA: CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 (quarenta) HORAS, FUNÇÃO: ASSESSORAMENTO, COM AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES:**

- Auxiliar na elaboração de projetos e requerimentos que venham de encontro com a necessidade da população local
- Pesquisa legislativa
- Atendimento ao público, principalmente no Gabinete
- Comunicação e assessoria de imprensa
- Apoiar o vereador em suas atividades administrativas e políticas
- Organizar agenda de reuniões e de atendimento aos Municípios
- Resolver demandas corriqueiras para agilizar o trabalho do Vereador
- Representar o Vereador em atos que o mesmo não possa estar presente
- receber toda a correspondência do Vereador, respondendo-a ou cumprindo-a de acordo com os despachos do Vereador;
- responsabilizar-se pelo arquivamento e a manutenção dos arquivos e documentos do parlamentar

- **RECEPCIONISTA DA SUBCÂMARA, CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 (quarenta) HORAS, CARGO: TEMPORÁRIO, COM AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES:**

- Recepcionar membros da comunidade, autoridades e visitantes procurando identificá-los, averiguando suas pretensões para prestar-lhes informações e/ou encaminhá-los a pessoas ou setor procurados.
- Atender chamadas telefônicas.
- Anotar recados, repassando-os as autoridades.
- Prestar informações a Comunidade ou encaminhar a quem o possa fazer.
- Auxiliar em tarefas simples relativas às atividades de administração, para atender solicitações e necessidades da unidade.
- Controlar frequência, registrar as horas trabalhadas e as ocorrências diárias; encaminhar ao setor competente.
- Controlar a entrada e saída de pessoas nos locais de trabalho.
- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional



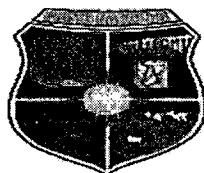
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
ESTADO DO TOCANTINS**

- **AUXILIAR ADMINISTRATIVO DA SUBCÂMARA, CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 (quarenta) HORAS, CARGO: TEMPORÁRIO, COM AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES:**

- I - Organizar, arquivar e atualizar documentos físicos e digitais, facilitando o acesso e a manutenção de informações essenciais para a Câmara;
- II - Atender ao público e suporte interno;
- III - Controlar a agenda e reuniões;
- IV - Processar pagamentos e a emissão de notas fiscais;
- V - Gerir o estoque de materiais, realizar ordens de compras entre outros;
- VI - Recepção e envio de documentos de interesse da Câmara;
- VII - Operar equipamentos e sistemas de informática e outros, quando autorizado e necessário ao exercício das atividades;
- VIII - Auxiliar nas Sessões, Audiências Públicas ou eventos promovidos pela Câmara Municipal, quando necessário;
- IX - Exerce outras atividades e tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

- **COORDENADOR DA SUBCÂMARA, CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 (quarenta) HORAS, CARGO: COORDENAÇÃO, COM AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES:**

- I - Controlar o material de consumo e permanente existente no departamento de suporte legislativo;
- II - Fazer intercâmbio de documentação do departamento de suporte legislativo entre os diversos setores da Câmara Municipal de Porto Nacional;
- III - Organizar e controlar a publicação dos atos oficiais, realizar a conferência da publicação dos atos normativos da Câmara no Diário Oficial do Município e demais órgãos oficiais;
- IV - Promover a autuação das proposições legislativas e proceder à distribuição de cópia aos Vereadores;
- V - Organizar e manter o sistema de arquivo dos atos da Câmara Municipal;
- VI - Prestar informações aos Vereadores e comunidade sobre matérias em tramitação ou tramitadas;
- VII - Participar das sessões plenárias quando solicitado;
- VIII - Realizar operações básicas de microcomputador e atividades correlatas, monitorar e alimentar os sistemas operacionais do processo legislativo e o processo de digitalização dos documentos e processos legislativos;
- IX - Realizar outras tarefas correlatas ao cargo por iniciativa própria ou que lhe forem atribuídas por superior.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
ESTADO DO TOCANTINS**

- **CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA SUBCÂMARA, CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 (quarenta) HORAS, CARGO: COMISSIONADO/ CHEFIA, COM AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES:**

I - Assistir o Presidente da Câmara, realizando atividades de relações públicas e político parlamentares com os Municípios, Poder Executivo, órgãos, entidades públicas e privadas e associações de classes do Município e outras autoridades locais, estaduais e federais;

II - Recepcionar e orientar o ingresso de visitantes ou outras pessoas que se dirijam ao Gabinete;

III - organizar e acompanhar a agenda de audiências, reuniões e viagens do Presidente da Câmara;

IV - Articular, com a Diretoria Geral, o expediente que deverá ser lido nas sessões;

V - Articular, com a Diretoria Geral, a classificação e o encaminhamento de correspondências e expedientes dirigidos à Mesa Diretora;

VI - Receber, filtrar e despachar as correspondências destinadas ao Presidente;

VII - Examinar previamente todos os documentos para a assinatura do Presidente, em consulta com a Assessoria Jurídica, quando necessário;

VIII - Confeccionar, expedir e controlar a distribuição de convites para solenidades oficiais, cerimônias e demais eventos promovidos pela Câmara, em que haja envolvimento direto do Presidente;

IX - Desempenhar outras atividades afins.

- **AUXILIAR DE ALMOXARIFADO DA SUBCÂMARA, CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 (quarenta) HORAS, CARGO: TEMPORÁRIO, COM AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES:**

I - Envio e recebimento de materiais, mercadorias, produtos entre outros;

II - Controle da entrada e saída dos produtos, materiais e insumos;

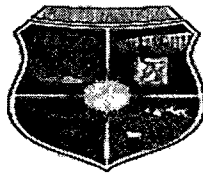
III - Solicitação de reposição de materiais, através de requisição;

IV - Cuidar da limpeza e organização do almoxarifado;

V - Emitir relatório da necessidade de materiais e produtos da Câmara para confecção de licitações

VI - Organizar relatórios dos materiais e apresenta-los sempre que solicitar

*notas
subm*



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
ESTADO DO TOCANTINS**

- **COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS DA SUBCÂMARA, CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 (quarenta) HORAS, CARGO: COORDENAÇÃO, COM AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES:**

I – Fazer, preparar e revisar os atos de nomeação dos novos servidores, bem como promover a lavratura dos atos referentes a pessoal e, ainda, os termos de posse dos servidores da Câmara;

II - Providenciar a identificação e a matrícula dos servidores da Câmara, bem como a expedição dos respectivos cartões funcionais;

III - Programar a revisão periódica do Plano de Cargos e Carreiras, organizando a lotação nominal e numérica dos servidores da Câmara;

IV - Promover o registro na ficha funcional dos servidores, dos certificados dos cursos concedidos pela Câmara;

V - promover o controle de frequência do pessoal, para efeito de pagamento e tempo de serviço;

VI - promover a verificação dos dados relativos ao controle do salário-família, do adicional por tempo de serviço e outras vantagens dos servidores, previstos na legislação em vigor;

VII - Promover os assentamentos da vida funcional e de outros dados do pessoal da Câmara, supervisionando a organização e atualização dos registros, controles e ocorrências de servidores e parlamentares, bem como a preparação das respectivas folhas de pagamento;

VIII - Comunicar ao Presidente da Câmara sobre irregularidades que se relacionem com a administração de pessoal da Câmara;

IX - Providenciar a geração de arquivos da folha de pagamento para consolidação com o sistema de contabilidade;

X - Promover a preparação e o recebimento das declarações de bens dos servidores e das suas famílias e proceder ao respectivo registro;

XII - Fornecer, anualmente, aos servidores e aos Vereadores, informações necessárias à declaração de rendimentos de cada um deles; e

XIII - Exercer outras atividades correlatas.



Estado do Tocantins
Câmara Municipal de Porto Nacional
Avenida Murilo Braga nº. 1847 – Centro. Fone: (63) 3363- 2482

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO PARECER

Matéria: Projeto de Resolução Nº 04/2025, de 10 abril de 2025

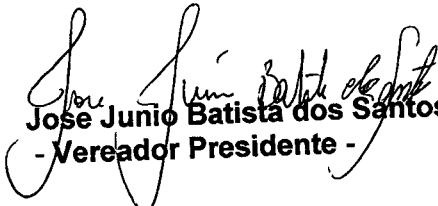
AUTORIA: MESSA DIRETORA

Ementa

“Dispõe sobre a criação da Subcâmara Municipal dos Vereadores no populoso Distrito de Luzimangues, sendo está uma extensão do trabalho legislativo da Cidade de Porto Nacional-TO e dá outras providências.”

O Parecer: A Comissão de Constituição e Justiça e Redação da Câmara Municipal de Porto Nacional, após analisar ao **Projeto de Resolução Nº 04/2025**, constatou-se que o mesmo se enquadra nos ditames legais.

Palácio XIII de Julho, sala das Comissões, aos 24 abril de 2025..


Jose Junio Batista dos Santos
- Vereador Presidente -


Diva Cardoso
- Vereadora Vogal -


Geylson Neres Gomes
- Vereador Relator -



Estado do Tocantins
Câmara Municipal de Porto Nacional
Avenida Murilo Braga nº. 1847 – Centro. Fone: (63) 3363- 2482

COMISSÃO DE FINANCIAS, ORÇAMENTO, TRIBUTAÇÃO E CONTROLE

PARECER

Matéria: Projeto de Resolução Nº 04/2025, 10 abril de 2025

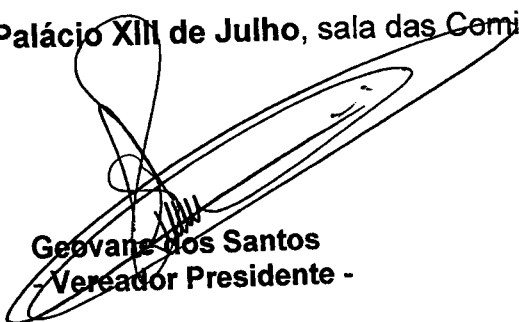
AUTORIA: MESSA DIRETORA

Ementa:

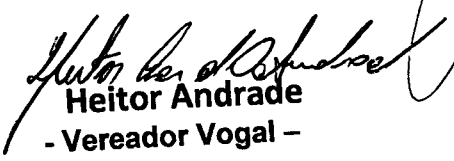
“Dispõe sobre a criação da Subcâmara Municipal dos Vereadores no populoso Distrito de Luzimangues, sendo está uma extensão do trabalho legislativo da Cidade de Porto Nacional-TO e dá outras providências.”

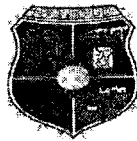
O Parecer: A Comissão de finanças, orçamentaria, tributação e controle da Câmara Municipal de Poro Nacional, após analisar ao **Projeto de Resolução Nº04/2025**, constatou-se que o mesmo se enquadra nos ditames legais.

Palácio XIII de Julho, sala das Comissões, ao 24 abril de 2025.


Geovane dos Santos
- Vereador Presidente -


Geylson Neres Gomes
- Vereador Relator -


Heitor Andrade
- Vereador Vogal -



Estado do Tocantins
Câmara Municipal de Porto Nacional

Av. Murilo Braga nº 1847, Centro, Fone/Fax 3363-1731 /3363-7296

PARECER JURÍDICO 31/2025

Parecer Opinitivo, Constitucional e Administrativo. Projeto de Resolução Legislativa 004/2025. "Dispõe sobre a criação da Subcâmara Municipal dos Vereadores no populoso Distrito de Luzimangues, sendo esta uma extensão do trabalho legislativo da Cidade de Porto Nacional-TO e dá outras providências. "

I – Relatório

Trata-se o presente parecer acerca de análise de Projeto de Resolução Legislativa 004/2025. "Dispõe sobre a criação da Subcâmara Municipal dos Vereadores no populoso Distrito de Luzimangues, sendo esta uma extensão do trabalho legislativo da Cidade de Porto Nacional-TO e dá outras providências".

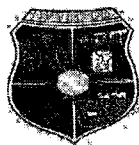
Instruem o pedido, no que interessa:

- (i) Projeto de Resolução Legislativa 004/2025;
- (ii) Justificativa do Projeto de Resolução.

É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

II - Análise Jurídica

Inicialmente, importante destacar que o exame dessa Assessoria Jurídica cinge-se tão-somente à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua



Estado do Tocantins
Câmara Municipal de Porto Nacional

Av. Murilo Braga nº 1847, Centro, Fone/Fax 3363-1731 /3363-7296

competência legal, tendo por base os documentos juntados, razão pela qual não se incursiona em discussões de ordem técnica, bem como em questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos setores competentes.

Primeiramente compete privativamente a Câmara Municipal dispor mediante Resolução sobre sua organização e funcionamento conforme previsto na Lei Orgânica do município de Porto Nacional, vejamos:

Art. 74 – Compete privativamente a Câmara Municipal, dentre outras atribuições:

II - Dispor mediante resolução, sobre sua organização, funcionamento e política, sobre a criação, provimento e remuneração dos cargos de sua estrutura organizacional, respeitadas, neste último caso, as disposições expressas nos artigos 37, inciso XI, 48 e 169 da Constituição da República e nos artigos 9º, XI, 19, 20 e 85 da Constituição do Estado;

Cabe destacar ainda a legalidade da Câmara Municipal de regular as matérias político-administrativa por meio de resolução, de acordo com disposto na Lei Orgânica do município de Porto Nacional-TO:

Art. 98 – A matéria político-administrativa de competência exclusiva da Câmara será regulada:

- I – por decretos legislativos, as de efeitos externos;**
- II – por resoluções, as de efeitos exclusivamente internos;**

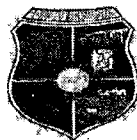
§ 2º - O Regimento Interno da Câmara disciplinará os casos de decreto legislativo e de resolução, cuja elaboração, redação, alteração e consolidação serão feitas com observância das mesmas normas técnicas relativas às leis.

O Regimento interno da Câmara assim dispõe acerca do tema:

Art. 100 - A iniciativa dos projetos de lei na Câmara Municipal, nos termos deste Regimento, é a seguinte:

- I - De Vereador, individual ou coletivamente;**

Art. 101 - Os projetos compreendem:



Estado do Tocantins
Câmara Municipal de Porto Nacional

Av. Murilo Braga nº 1847, Centro, Fone/Fax 3363-1731 /3363-7296

§ 5º - Projeto de Resolução destinado a regular, com eficácia de lei ordinária, com efeitos interno, matéria de competência privativa da Câmara Municipal, e as de caráter político, processual, legislativo ou administrativo, ou quando a Câmara deva se pronunciar em casos concretos, como:

m) Todas as Resoluções são votadas em turno único e terão cinco dias para promulgação.

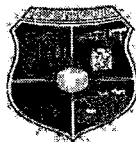
O objeto do presente Projeto de Lei, **trata claramente de matéria interna e administrativa de competência da Câmara Municipal**, pois se trata de criação da **Subcâmara Municipal dos Vereadores no populoso Distrito de Luzimangues**, sendo esta uma **extensão do trabalho legislativo da Cidade de Porto Nacional-TO**, que deverá ser votada em turno único de acordo com art. 101, § 5º, "m" do Regimento Interno.

Da análise do Projeto de Resolução, observa-se que está perfeitamente de acordo com a Legislação Municipal e com o Regimento Interno dessa Casa de Leis, estando ainda dentro da competência constitucional da Câmara Municipal de Porto Nacional, possui oportunidade e conveniência, não apresentando, assim, nenhum óbice de natureza legal ou constitucional.

Assim sendo, esta Assessoria Jurídica opina pela legalidade e constitucionalidade do presente Projeto de Resolução.

III- Conclusão

Diante do exposto, esta assessoria jurídica se manifesta **FAVORÁVEL**, ao presente Projeto de Resolução, não se vislumbra óbice ao pretendido, visto que o presente Projeto de Resolução atende aos pressupostos legais e Constitucionais, sob o aspecto jurídico, encontra-se apto a ser aprovado até o presente momento, desde que na forma regimental.



Estado do Tocantins
Câmara Municipal de Porto Nacional

Av. Murilo Braga nº 1847, Centro, Fone/Fax 3363-1731 /3363-7296

É o parecer que se submete à apreciação superior, com base nas informações apresentadas e nos documentos anexos, sem embargo de outras opiniões.

Porto Nacional- TO, 23 de abril de 2025.

**ANTONIO CEZAR AIRES
DE SOUZA FILHO**

Assinado de forma digital por ANTONIO CEZAR AIRES DE
SOUZA FILHO
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC OAB, ou=01554285000175,
ou=Presencial, ou=Assinatura Tipo A3, ou=ADVOGADO,
cn=ANTONIO CEZAR AIRES DE SOUZA FILHO
Dados: 2025.04.23 16:25:03 -03'00'

ANTONIO CEZAR AIRES DE SOUZA FILHO

Assessor Jurídico
OAB-TO 6771